

12.º ANO, QUE GEOGRAFIA ?

Ao reflectir sobre os problemas que levantam o ensino e a aprendizagem da Geografia não podemos deixar de pensar no 12.º ano e procurar respostas para questões aparentemente simples:

— Qual a finalidade do 12.º ano ?

— Porque é tão elevada a percentagem de alunos que, a este nível, escolhem Geografia ?

— Qual a justificação do programa em vigor ? Terá alguém pensado, ao elaborá-lo, que se destina a estudantes que irão escolher os cursos superiores mais variados e que, por outro lado, podem provir de situações curriculares muito diferentes ?

— Pode um professor aceitar que o seu trabalho se subordine, acima de tudo, à obtenção de uma nota, o mais elevada possível, num ponto de exame (ou de aferição), que não satisfaz porque está totalmente separado das metas a atingir com uma educação geográfica ?

Quando em 1980 foi lançado o 12.º ano de escolaridade afirmou-se que o seu objectivo seria preparar os alunos para a entrada na Universidade — ano de transição em que os professores teriam como tarefa principal orientá-los no estudo das várias disciplinas. A actuação dos docentes deveria ser diferente da praticada no ensino secundário, uma vez que o trabalho dos alunos seria preferencialmente orientado para

a consulta de fontes, tendo o professor a função de esclarecer dúvidas e clarificar pontos controversos.

Não foi o que aconteceu.

Os programas demasiado extensos de muitas disciplinas, a sua estruturação deficiente, a falta de bibliografia nas escolas, a dificuldade ou incapacidade de estudar em francês ou inglês, a ausência ou deficiência de apoio aos professores por parte do Ministério, a própria impossibilidade de consulta de livros estrangeiros, quer pela inexistência dos livros quer pela impossibilidade financeira de os adquirir, tornou utópicos os ideais propostos.

Muitas aulas, hoje em dia, são massudamente expositivas e os temas são ensinados contra relógio. A técnica de declaração de matéria não dada, tão perniciosa por permitir abusos inadmissíveis, foi suprimida. Assim, qualquer professor que se prenda um pouco mais com um assunto que considere de interesse, sente-se culpado porque os pontos de exame não se compadecem com matérias não leccionadas e com uma enorme frustração por ser parte de um sistema que, comprovadamente, não satisfaz.

Perdeu-se pois, pelo caminho, a orientação a seguir e a finalidade original. Não há trabalho científico. O professor é uma máquina de fornecer conhecimentos. Uma máquina que tem de trabalhar num ritmo rápido e ser eficiente porque corre o risco de não completar a tarefa.

Mas por que motivo será tão elevado o número de alunos que no 12.º ano escolhem Geografia, quando a população que a frequenta no 10.º e no 11.º é tão reduzida?

Procurámos uma resposta através de um inquérito. Em 137 alunos da Escola Secundária da Cidade Universitária, em Lisboa, a quem foi colocada, entre outras, a pergunta «Porque escolheste Geografia no 12.º ano?» verificaram-se as seguintes respostas:

| %/ de respostas | Motivos que conduziram à escolha da disciplina de Geografia no 12.º ano |
|-----------------|--|
| 24 | Por não estarem interessados nas outras disciplinas de opção. |
| 23 | Por considerarem a Geografia uma disciplina fácil, e que permite a obtenção de notas elevadas. |
| 21 | Por gostarem de Geografia. |
| 20 | Por considerarem que a Geografia é interessante e proporciona uma boa cultura geral. |
| 6 | Por gostarem de conhecer o Mundo e as pessoas que o habitam. |
| 2 | Por quererem fazer uma licenciatura em Geografia. |
| 2 | Por considerarem a Geografia útil para o curso que pretendem seguir. |
| 1 | Por não existir na Escola a disciplina que preferiam. |
| 1 | Para continuar a estudar com colegas que escolheram Geografia. |

Aproximadamente metade dos alunos que frequentam Geografia no 12.º ano fá-lo, pois, porque procura fugir a matérias que considera mais difíceis e onde, conseqüentemente, lhe é impossível obter nota suficiente para vencer a barreira da entrada na Universidade. Matricula-se em Geografia mas sem sequer ter tido a curiosidade de ler o programa da disciplina que irá frequentar. E que programa! São três os temas. Um deles, o C, se alguma vez chegou a ser ensinado foi por originalidade de algum professor que tenha decidido começar pelo fim. Por originalidade? Talvez por bom senso. Se se lhe desse uma pequena volta ele era o mais interessante dos três porque se debruçava sobre os grandes problemas do mundo actual: a fome, a explosão demográfica, a energia, a poluição...

O primeiro tema (A) trata dos assuntos mais diversos: A História e Epistemologia da Geografia, escalas e níveis de análise, localização absoluta e relativa, coordenadas esféricas e planas, isolinhas, isócronas e isótimas e sua interpretação, mapas distorcidos, acessibilidade, redes, barreiras (mas não difusão), conceitos e técnicas estatísticas, interpretação de gráficos (mas não técnicas de inquérito), interpretação e crítica de técnicas de representação cartográfica. Como é natural, o tema A absorve um grande número de aulas e exige uma boa preparação do professor.

O tema B é dedicado ao Espaço Agrário, ao Espaço Industrial e ao Espaço Urbano. A extensão deste tema não permite aplicar as técnicas aprendidas no tema A. De resto, os objectivos a atingir não apontam nesse sentido. Ao contrário do que acontece no primeiro tema, a estrutura dos assuntos é, aqui, essencialmente tradicional.

O programa do 12.º ano foi vivamente contestado desde o seu lançamento por muitos dos professores profissionalizados que documentalmente concorreram para o seu ensino. A extensão, estrutura, falta de ligação com os programas anteriores, desorganização, indefinição e omissões dos objectivos, foram, pelo menos em Lisboa, postos em evidência. A parte a eliminação do tema C tudo continua na mesma. Contudo, os professores e o próprio Ministério estão conscientes de que é necessário reformular o programa. Mas reformulá-lo como? Sem o inserir na sequência dos programas anteriores? Sem ter em conta a importância da interdisciplinaridade? Sem a preocupação dos níveis etários a que se destina? Sem a consciência do que é realizável dentro dos horários rígidos das escolas e do número de aulas de que se dispõe para cada um dos assuntos? Sem se ter em conta que os estudantes deveriam aprender a realizar tarefas úteis, aplicando os conhecimentos adquiridos — consultar fontes, seleccionar e recolher dados, observar cuidadosamente o material recolhido, raciocinar sobre os problemas que lhes são postos?

Habituaados à ausência de respostas, os professores vão procurando encontrar processos, que sabem não ser suficientes, para colmatar deficiências que exigem reformulações mais profundas.